

Ed. 475 - 02/07/2007

O PROTECIONISMO GOURMET

por Gustavo H. B. Franco

Muito se fala sobre esta incômoda patologia representada pela abundância de dólares. Muitos outros acham que não se trata de doença, holandesa ou tropical, e que o problema, no fundo, é velho e conhecido, é a falta de importação. Nesse sentido, tem circulado a provocativa ideia de uma rebaixa geral e temporária de impedimentos à importação, não propriamente para promover um festival, mas para dar credibilidade ao um movimento, este sim fundamental, na direção de mais abertura *em caráter permanente*. O choque temporário, ou a “promoção”, não é essencial, apenas serve para apressar o relógio, ou para e para sacudir a tendência até agora inexorável do câmbio para subsolo.



GUSTAVO H.B. FRANCO
é economista e professor da PUC-Rio e escreve quinzenalmente em ÉPOCA. Foi presidente do Banco Central do Brasil.

<http://www.gfranco.com.br/>
gfranco@edglobo.com.br

Não é preciso aqui incomodar o leitor com os detalhes, pois o diabo, nesse caso está também e principalmente no espírito da coisa, ou seja, na ideia de se tornar o Brasil uma economia efetivamente mais aberta.

Com efeito, a importação é um fenômeno que desperta as mais ambíguas sensações. Toda a vida foi um privilégio, um luxo desnecessário, um supérfluo prejudicial à indústria nacional. A carga negativa associada ao importado é a mesma associada à ideia de “dependência, o que quer que isto signifique, e inversamente proporcional às mensagens subliminares positivas envolvidas em conceitos como “autossuficiência” e “soberania”.

Nada, todavia, poderia ser mais antigo.

No mundo de hoje, está bem quem apostou em “interdependência” e “produção internacional”, e abandonou a noção de “auto-suficiência”. Que o digam a China e a Índia; que o maldigam a Coreia do Norte. Até mesmo a Albânia abjurou a cartilha de isolamento que a tornou um pequeno museu, ou um brechó da década de 1930.

Aqui no Brasil, enquanto isso, como de hábito, vamos procrastinando tudo o que é mudança. Cresce, neste curioso microclima, uma exótica flor no pântano ideológico em que estamos: a noção de que não devemos “gastar a bonança de divisas” em consumo, mas em investimento. Sim, prezado leitor, estamos entrando no perigoso terreno do senso comum, de onde sempre saem as maiores trapalhadas em matéria econômica, e esta não é uma exceção.

Tão obsoleta quanto a ideia de “autossuficiência”, é a de um planejamento com tonalidades meio soviéticas segundo o qual a importação deve se concentrar em “BK”. Os Comissários do Povo falam um idioma muito deles: “BK” designa “bens de capital”, as populares máquinas, e o leitor que pergunte a um desses senhores se um computador é “BK” ou “BC”, bem de consumo, este sempre merecedor das piores classificações indicativas.

O “BCI” (bem de consumo importado), há anos é tomado como inimigo do povo. Em muitas lojas, o destaque dado à seção de importados merece olhares de reprovação como os destinados aos cantinhos onde ficam os filmes para adultos. Em contraste, o “BK” importado é do Bem e serve ao desenvolvimento, especialmente quando não tem “similar nacional”, tal como atestado por associação de produtores brasileiros. Mais velho que isso, e que a Sé de Braga, só um “plano quinquenal”.

E o debate continua, geralmente nos restaurantes, onde muito se fala de assuntos de comércio exterior. Talvez porque o tema seja polêmico, e os jornalistas gostam de levar suas fontes para almoçar boas refeições, sempre debitadas à pessoa jurídica. Bem tratada, a “fonte” pode ser que faça inconfidências, mas não se sabe se, ao contrário, dirá apenas o que o jornalista quer ouvir. O fato é que, nos restaurantes caros nas alamedas paulistas mais elegantes, as massas italianas, vinhos franceses, e salmões chilenos têm sido expectadores constrangidos de discursos patéticos contra o uso das divisas nacionais em consumo supérfluo. Tínhamos, antigamente, a “esquerda festiva”; hoje, um de seus descendentes mais conspícuos é o “protecionista gourmet”.

Um protecionista bem constituído, cidadão do mundo, não almoça um feijãozinho com farofa durante um debate sobre a abertura; será no mínimo um bacalhau da Noruega com azeite português, importados mais experientes, acostumados com as restrições brasileiras e, principalmente, sem “similar”. O mesmo vale, é claro, para o “gran finale”, um charutinho cubano.